

# Evento de Diálogo Público discute governança nas aquisições da administração pública



O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou, no último dia 23 de novembro, o evento Diálogo Público: Governança das Aquisições – Encontro com o Controle Externo. A programação buscou fomentar debates sobre aquisições na administração pública federal.

Na abertura, o ministro do TCU Augusto Nardes destacou as contribuições do tribunal para a

melhoria da governança nas aquisições. Nardes exibiu dados sobre auditorias em estatais brasileiras que, nos últimos cinco anos, geraram economia de aproximadamente R\$ 100 bilhões. “A falta de planejamento nas aquisições, seguidas por aditivos nos contratos, compromete a entrega dos serviços e produtos para a sociedade. Isso pode ser visto na educação, por exemplo. No ano de 2014,

apenas 27% dos serviços foram entregues”, afirmou.

A Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog) apresentou os resultados obtidos na fiscalização de orientação centralizada (FOC) conduzida sobre as contratações de serviços terceirizados de limpeza, vigilância e transporte. “O objetivo foi avaliar se as práticas de governança e gestão de aquisições adotadas por órgãos e entidades da

administração pública estavam de acordo com a legislação e aderentes às boas práticas”, explicou o titular da 4ª Diretoria da Selog, Ítalo Pinheiro Figueiredo.

A FOC, coordenada pela Selog, abrangeu os temas governança das aquisições, controles da gestão das aquisições, controles internos em nível de atividade no processo de aquisições e controles internos e conformidade das contratações e foi executada por unidades do tribunal, incluindo secretarias de controle externo nos estados do Amazonas, Ceará, Pará, Pernambuco e Rio de Janeiro.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios) participou do evento e apresentou critérios de qualidade em serviços de limpeza a partir da experiência da empresa no assunto. Segundo a gerente corporativa dos Correios, Mônica Ferreira, está em andamento a implantação de um novo modelo de serviços de limpeza na organização, com foco na qualidade. No âmbito da contratação, uma das vantagens do modelo é a transferência para a empresa prestadora de serviços da obrigação de dimensionamento dos recursos humanos e materiais necessários, o que permite a racionalização do custeio dos serviços. Mônica afirmou que o projeto “permite estabelecer indicadores para a aferição do desempenho e dos resultados dos serviços”.

O dirigente da Selog, Frederico Júlio Goepfert Júnior, destacou a criação da unidade e sua importância para o aprimoramento do trabalho do TCU quando se trata especificamente de licitações e contratos. Ele explicou como funciona o processo de trabalho da secretaria e sua relação com a imagem do tribunal em relação a agentes externos. “Estamos buscando mostrar que o TCU não é um órgão de punição,

mas de diálogo”, defendeu. Além disso, o secretário ressaltou que é essencial que os gestores compreendam as necessidades de cada setor antes de iniciar o processo de aquisições. “Os problemas verificados pelo TCU em muitas fiscalizações em aquisições e contratos são principalmente graças a falhas na hora de planejar, e para planejar é preciso conhecer”, disse.

A Selog continuou sua apresentação falando dos riscos e controles nas aquisições. O auditor de controle externo Renato Braga explicou a importância do processo de gestão e mapeamento de riscos e enfatizou que não se trata apenas da aplicação sistemática de leis. “Contratar não é um rito sistemático de faz ou não faz, é preciso analisar caso a caso e conhecer as necessidades e limitações”, defendeu. Para Braga, o desenvolvimento da gestão de riscos é o principal segredo para o aumento efetivo do desempenho de qualquer instituição pública, pois a Selog já identificou que o melhor mapeamento é feito pelos gestores que conhecem suas instituições. Braga também apresentou ferramenta desenvolvida pelo TCU para avaliar os riscos e controles nas aquisições (RCA) que se encontra disponível para consulta na página da Selog no

portal do tribunal <[www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)>. O auditor deu detalhes também sobre os resultados do trabalho de análise de governança feito pelo TCU na esfera federal, que identificou inúmeras falhas nos mecanismos de aquisições utilizados pela Administração.

O secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Cristiano Heckert, ressaltou principalmente o papel do Estado no processo, que deve participar do mercado tanto como comprador, para satisfação de suas necessidades, quanto como regulador da oferta de bens e serviços por meio do uso de seu poder de compra. No Brasil, o poder de compra do Estado equivale a um percentual entre 10 e 15% do PIB, podendo atuar como um instrumento a serviço da inovação e da sustentabilidade por meio do qual se pode incentivar o desenvolvimento de novas cadeias produtivas. Para resolver os problemas de logística no Brasil, Heckert propôs a criação de uma carreira específica para a área e de um plano nacional de logística. Como desafio, deve-se explorar o potencial estratégico das aquisições para alavancar o desenvolvimento nacional.

